

Descrédito afeta finanças estaduais

por Célia de Gouvêa Franco
de Brasília

Os governos estaduais, de maneira geral, pouco podem contar com o recurso de lançar títulos de dívida pública para financiar parte de seus déficits orçamentários. Não existe interesse de compra desses papéis da parte dos investidores no mercado financeiro, na maioria dos casos, por serem títulos de pequena liquidez. Assim, a margem de manobra dos governos

estaduais para contornar a delicada situação financeira de suas contas é ainda menor do que a da União, que conta com maior aceitação para as suas letras e Obrigações Reajustáveis do Tesouro Nacional.

Já neste ano, os lançamentos de títulos estaduais vêm-se processando de forma mais lenta do que a inflação. Em termos reais, portanto, diminuiu o volume desses papéis em circulação. Até agosto, de acordo com dados do Banco

Central, o total de Obrigações Reajustáveis estaduais e municipais atingiu Cr\$ 1,93 trilhão, revelando-se um crescimento nominal de apenas 87,4%, enquanto a inflação aumentava 108,7% no mesmo período.

ORÇAMENTOS

Além disso, a parcela de papéis emitidos por um estado é pouco significativos em termos de orçamentos anuais. São Paulo, por exemplo, tem uma dívida interna pública de Cr\$ 624,5 bilhões — a maior entre todos os estados brasileiros —, mas mesmo assim o volume não é tão substantivo em relação a seu orçamento. A proposta orçamentária para o próximo ano, por exemplo, é de Cr\$ 4,5 trilhões. E São Paulo ainda foi um dos estados que conseguiu elevar sua emissão de papéis em maior proporção nos oito primeiros meses deste ano, com uma expansão de 80,7%.

Uma das exceções realmente relevantes é, no entanto, a performance do governo de Minas Gerais, cujo total de Obrigações Rea-

justáveis lançadas atingiu Cr\$ 288,5 bilhões ao final de agosto, revelando aumento real — o incremento foi de 119,1% para a inflação de 108,7%. Uma explicação para esse melhor desempenho, segundo uma fonte governamental, é que Minas Gerais era, até este ano, o estado de menor volume de dívida pública entre os de maior expressão econômica. Ou seja, o mercado financeiro não estava saturado dos seus papéis. Além disso, assim como São Paulo, Minas mantém um sistema que garante maior liquidez para seus títulos do que a maioria dos estados.

LIMITAÇÕES

Mesmo com essas limitações, contudo, o interesse dos estados em usar essa alternativa para buscar recursos é marcante. Tanto assim que, de janeiro do ano passado até hoje, seis estados começaram a emitir papéis: Piauí, Rio Grande do Norte, Goiás, Paraíba, Espírito Santo e Ceará, cuja dívida, aliás, já superou a casa dos Cr\$ 10 bilhões.